

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

SABÓIA, Henrique. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 53-66.

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=879

HENRIQUE SABÓIA

NASCEU EM SOBRAL (CE) em 1925. Ingressou na Escola Naval em 1943, tendo concluído o curso no final de 1946. Durante o governo Juscelino Kubitschek, serviu no gabinete do ministro Matoso Maia. Em 1964, cursou a Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, e em 1974, a Escola Superior de Guerra. Promovido a contra-almirante em 1975, foi diretor da Escola de Guerra Naval de julho de 1977 a janeiro de 1980, de onde seguiu para a Diretoria de Portos e Costas (até agosto de 1981) e, depois, para o comando do 1º Distrito Naval (até janeiro de 1983) e o Comando-em-Chefe da Esquadra (até janeiro de 1984). Promovido a almirante-de-esquadra em novembro de 1983, foi diretor-geral de Pessoal da Marinha, antes de aceitar assumir, a convite do presidente eleito Tancredo Neves, o Ministério da Marinha. Permaneceu nesta função até o final do governo José Sarney. Em 1993, a convite do presidente Itamar Franco, assumiu a função de diretor-presidente da Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave), onde permaneceu até sua privatização, em 1997.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em duas sessões realizadas no Rio de Janeiro nos dias 17 e 20 de fevereiro de 1998.

Por que o sr. foi convidado para o ministério?

Isso é uma pergunta que eu pretendia fazer ao presidente Tancredo, mas ele morreu. Eu não o conhecia, só estive com ele uma vez, no dia em que me convidou. Recebi um telefonema dele me convidando para ir a Brasília conversar. Havia dois cargos que seriam da Marinha: ministro da Marinha e ministro-chefe do Emfa. Fui para Brasília sem saber qual convite ele iria me formular. Lá, ele me convidou para ser ministro da Marinha.

E ele não disse o porquê do convite?

Não, nunca me disse. Também não perguntei. Pensei: “Depois, com a convivência, vou perguntar por que me convidou, se não me conhecia...”, mas aí ele morreu. Eu tinha uma carreira muito boa, acho que foi por aí.

O presidente Tancredo estava informado a respeito da Marinha?

Estava informado, sabia o que queria. Mas foi uma conversa mais sobre o ramo político, a composição do ministério como um todo.

E que orientação política ele passou?

Não chegou a haver uma orientação. Isso era uma coisa que seria feita na primeira reunião ministerial, que, infelizmente, não houve.

Qual foi sua impressão pessoal dele?

Eu tive um contato único. Muito afável, um indivíduo muito vivo, muito inteligente. Mas, uma impressão absolutamente superficial. Eu iria formular um conceito com o tempo. Mas só tive esse contato.

O sr. conhecia o novo ministro do Exército, o general Leonidas?

Não, conheci depois que fui convidado. Telefonei para ele, nos encontramos aqui no Rio. Eu era muito amigo do Ivan de Sousa Mendes, que foi do SNI, porque, quando comandeí a Escola de Guerra Naval, ele era comandante da Eceme. São escolas vizinhas e que tratam dos mesmos assuntos. Nós tivemos muito contato nessa época. Do ministério que iria assumir, eu conhecia muito o Ivan, o Renato Archer — que tinha sido da Marinha, contemporâneo de escola, inclusive — e mais ninguém.

Nessa época, noticiou-se na imprensa que havia pressões de alguns setores do Exército para que não fosse feito o rodízio no Emfa.

Acho que sim, e essa é uma das explicações que dou para ter demorado tanto a escolha do ministro da Marinha. O convite para o general Ivan

ir para o SNI também foi feito um ou dois dias antes da posse do presidente da República. Quer dizer, a gente sentia que havia qualquer coisa relacionada com SNI, Emfa, Marinha...

A Marinha se sentia ameaçada de perder o Emfa no rodízio?

Isso nunca chegou a ser especulado. Considerávamos que eram favas contadas, que o Emfa seria da Marinha.

O que a imprensa noticiava era que o general Leonidas foi favorável a que se mantivesse o rodízio, mas que essa não era a única opinião no Exército.

No Exército, o pessoal não gosta muito de rodízio. Tanto que acabaram. O atual [1998] chefe do Emfa, o Benedito [Leonel], acabou com o rodízio: passou para a reserva e continuou lá. O ministro-chefe do Emfa era, obrigatoriamente, oficial da ativa e ficava lá no máximo dois anos. Quando saía, entrava outra força. Mas, no governo Fernando Henrique, saiu um decreto alterando isso. Agora pode ser da reserva.

Também se noticiou que a demora na nomeação do ministro da Marinha seria devida a uma disputa entre o ministro Karam, que teria preferido nomear o almirante José Maria do Amaral para o cargo, e um grupo liderado pelo Paulo Bonoso, que apoiava o sr.

Não, isso não existiu. O Karam queria continuar como ministro. Não tenho a menor dúvida. Acho isso porque ele tinha ficado só um ano. E sei que ele andou tendo encontros com o presidente Tancredo. O almirante Branco também queria ser nomeado. Uma porção de gente queria. É natural um oficial de Marinha querer ser ministro da Marinha.

Como era o entrosamento entre os ministros militares durante o governo Sarney? Havia reuniões? E os despachos com o presidente Sarney, eram sempre individuais?

Como disse, não conhecia o Leonidas, nem o Moreira Lima. Conhecia o general Ivan. Mas tivemos uma comunhão de pensamento muito grande. Todo mês havia um almoço dos ministros militares, cada mês era um ministério que promovia, num lugar diferente. Então, compareciam o ministro do Exército, ministro da Marinha, ministro da Aeronáutica, ministro-chefe do Emfa, Casa Militar e SNI. Uma vez por mês, almoçávamos juntos e conversávamos muito. Com isso, ficamos isentos de qualquer fofoca, porque trocávamos idéias sobre todos os assuntos com a maior franqueza que se possa imaginar. Então, realmente, havia um entendimento muito grande.

Agora, o despacho com o presidente era individual, os dias até eram diferentes. Podia ser no mesmo dia, mas em hora diferente. Às vezes, nós tínhamos algumas reuniões dos ministros militares com o pessoal da área da Fazenda, porque tínhamos problemas orçamentários, problemas de salário — nós estávamos num período inflacionário. E havia as reuniões do ministério como um todo. Mas, reuniões dos ministros militares com o presidente Sarney, só naquelas festas de conagração do fim do ano. Cada ano uma das forças fazia uma festa de Natal, um almoço de homenagem ao presidente. Tivemos um entendimento muito bom com o presidente Sarney, muito cordial, muito amigo. Também não o conhecia e hoje sou amigo dele. Ficamos amigos durante o tempo do ministério. Apesar das agruras da Constituinte, que deu um bocado de trabalho.

Apesar de o sr. ter tido uma carreira com perfil profissional, o cargo de ministro é um cargo que envolve posicionamento em relação a temas políticos. Um deles foi a Constituinte. Como foi sua experiência neste caso?

O envolvimento foi total. Tive sorte, logo que fui indicado para ministro, de ter um oficial, que já tinha trabalhado comigo antes, que foi considerado, unanimemente, o melhor assessor parlamentar: o almirante Reguffe. Ele foi extremamente bem-sucedido na função. Antes de começar a existir aquele grupo dos 50 “notáveis”, do Afonso Arinos, eu já tinha nomeado, informalmente, três almirantes para irem pensando no assunto.¹⁷ Chamei e disse: “Eu queria que vocês fossem pensando nos problemas que afetam a Marinha, na Constituição. Vamos conversar para ir estabelecendo pontos de vista que a gente possa defender”. Depois, quando começou aquele grupo dos 50 “notáveis”, nomeei, formalmente, o almirante Flores, que tinha muito acesso ao Afonso Arinos, para participar desse grupo. E, no Congresso, o comandante Reguffe acompanhava o dia inteiro tudo o que acontecia lá. Tudo que interessasse à Marinha ele trazia, era analisado pelo Estado-Maior, ia para o ministro, a gente discutia e formava a opinião da Marinha: o que nós somos contra, o que nós somos a favor... Nessas reuniões mensais dos ministros militares, nós acertávamos os ponteiros entre nós, sobre esses vários aspectos.

Havia consenso em relação aos principais pontos?

Havia consenso. Não havia discordância, não. Algumas pessoas tinham mais interesse numa determinada coisa do que noutra. Mas os nos-

¹⁷ Refere-se à Comissão Afonso Arinos, encarregada, durante o governo João Batista Figueiredo, de fazer um anteprojeto de Constituição.

soos pontos de vista eram muito acertados. Os nossos assessores parlamentares trocavam muita idéia, não eram, absolutamente, estanques. Falei no comandante Reguffe, mas ele tinha uma equipe de oficiais. O Exército e a Aeronáutica também tinham equipes. E eles trabalhavam juntos.

Hoje em dia, sempre que é mencionada a atuação dos militares em relação à Constituinte, pensa-se em um lobby que deu certo.

E foi. Havia barbaridades. Por exemplo, a anistia sempre foi pautada pela idéia de que aquele pessoal que houvesse sido punido por atos de exceção seria anistiado e compensado pelas perdas que tivera. E o Covas fez uma emenda — sem entrar em maiores detalhes, porque a história é comprida à beça — que anistiava também o pessoal que tivesse sido afastado ou transferido para a reserva por atos administrativos. Então, todo o pessoal que tivesse saído das Forças Armadas naquele período iria voltar para o serviço ativo, com promoções e recebimentos atrasados. Ora, de cada 10 capitães-de-mar-e-guerra, um vai a contra-almirante, nove saem; no Exército, a proporção é de 50, 49 saem. Então, todo esse pessoal que tinha saído por atos administrativos ia voltar ao serviço ativo com pagamento de atrasados, promoções. Era uma maluquice que não tinha mais tamanho. Deu um trabalho infernal, porque não conseguimos convencer os homens responsáveis de que isso acabava com as Forças Armadas. Teve que ir a votação — ninguém consegue convencer o Covas de coisa nenhuma! No plenário foi derrubada.

Qual era a principal preocupação da área militar em relação à Constituinte?

A principal preocupação era a ampliação da anistia, além daquilo que nós achávamos que era razoável e conceptível. Nós tínhamos uma posição muito firme e considerávamos a Lei de Anistia do Figueiredo como o limite do aceitável. Ela anistiava o pessoal afastado por atos de exceção e dava direito a promoções, mas mantinha esse pessoal na reserva. Nós também não achávamos justo pagar atrasados. Porque o pessoal, naquele período todo, trabalhou, fez alguma coisa, obteve meios. Mas esse não era um problema que afetasse diretamente as Forças Armadas, porque quem ia ir arcar com esses custos não era o orçamento militar, mas a nação. Mas o que não aceitávamos era que um indivíduo que ficou 20 anos fora de uma força, que teve uma evolução técnica espetacular, pudesse voltar como capitão-de-mar-e-guerra, por exemplo. Não tem o menor sentido. Isso iria quebrar toda a disciplina, a hierarquia.

Para os militares, nessa conjuntura, os projetos que desagradavam eram vistos como resultado de desinformação, de desconhecimento da realidade, ou como “revanchismo”?

Era revanchismo, mesmo. Não havia dúvida. No governo Sarney, principalmente no começo, o revanchismo dos políticos contra os militares era um negócio inacreditável. Você não imagina a dificuldade que a gente tinha para qualquer coisa. É o que eu digo sempre: a anistia foi *one way*. Nós anistiamos, mas nós não fomos anistiados até hoje. Houve anistia, mas num só sentido. E a anistia é bilateral, é dos dois lados. O que eu quero dizer é o seguinte: nós, militares, concordamos com a anistia, mas não fomos anistiados. Até hoje, tudo é culpa da “ditadura”.

Sobre esse revanchismo, o sr. acha que vinha mais dos políticos, da mídia, dos intelectuais...?

Da mídia. A revolução de 1964 perdeu a batalha da mídia. Totalmente. Até hoje é execrada. Evidentemente, teve coisa negativa, mas teve muita coisa positiva. Nada do que é positivo é exaltado na nossa imprensa. A nossa imprensa é radicalmente contra as Forças Armadas. Até hoje.

Vou dar um exemplo. Tive um problema sério no ministério com o naufrágio do *Bateau Mouche*. A imprensa fez uma campanha violenta contra a Marinha, dizendo que era corporativismo, que nós não íamos apurar coisa nenhuma. Mandei abrir três inquéritos e, de 15 em 15 dias, distribuía para toda a imprensa uma nota oficial do Ministério da Marinha sobre o andamento desses trabalhos. Nenhuma delas foi publicada. E todo dia eles diziam que havia corporativismo, que nós não dávamos informação. Tanto que, quando saiu o resultado do inquérito, responsabilizando 12 oficiais de Marinha, paguei dois jornais de cada capital do Brasil — matéria paga — para poder sair. Se não, não saía.

Hoje deve ser muito diferente a conjuntura que um jovem oficial de Marinha, saindo da Escola Naval, encontra, em comparação ao seu tempo, quando o prestígio social da profissão era mais alto.

Era muito grande. Hoje, não. Pelo contrário. O grande problema é o seguinte. Quem escolhe a carreira militar sabe de uma coisa: nunca vai ser rico. Nunca vai viver folgado, com uma porção de benesses. Mas, também, sabe que nunca vai lhe faltar o essencial. Do governo Collor para cá, está faltando o essencial. O oficial, hoje, já não tem condição de morar decentemente, por causa da degradação dos salários. Então, hoje, realmente, é um problema atrair os jovens para a carreira militar. O que está acontecendo? A grande quantidade dos candidatos à Escola Naval

vem de um nível para quem aquilo representa uma elevação social. Hoje, o nível social dos candidatos à Escola Naval caiu. É uma consequência dessa demolição que houve no salário, nas condições, no prestígio dos militares.

E quanto ao Ministério da Defesa? Na ocasião, o sr. achou que era uma época oportuna para ser criado?

Sempre fui contra o Ministério da Defesa e continuo sendo. Sou contra por uma razão muito simples: acho que o Ministério da Defesa é uma panacéia que não vai levar a coisa nenhuma, a não ser a muito mais despesas. Quando se fala no Ministério da Defesa, se diz que é uma necessidade para a integração operacional das Forças Armadas. O Ministério da Defesa não tem nada a ver com isso. O Ministério da Defesa é uma integração administrativa. A integração operacional é proporcionada pelo Emfa. O papel do Emfa é exatamente esse. Mas, o que se falava na época da Constituinte, como razão dominante para a criação do Ministério da Defesa, era exatamente o mesmo de agora: botar o militar embaixo de um civil. No fundo, é só isso, não tem outra coisa. Como se os militares não fossem subordinados a um civil, que é o presidente da República.

Vão baixar a posição dos ministros militares, o que, na minha opinião, é muito ruim, porque hoje o ministro tem dever de lealdade ao presidente da República. É ele quem convida e nomeia. E lealdade, para o militar, é uma coisa importantíssima. Dever de lealdade ao chefe está na nossa alma. Com o Ministério da Defesa, o dever de lealdade do comandante da Marinha vai ser com a força, não com o presidente, porque não foi convidado por ele. Chegou lá porque era o mais antigo etc.

Os ministérios da Marinha e do Exército são dois dos ministérios mais antigos do Brasil. E se vai acabar toda uma tradição para quê? O que se vai lucrar com isso? Nada. Você vai criar um novo ministério, não vai alterar em nada a estrutura da Marinha. Vai-se criar um novo ministério com tendência de gigantismo, como aconteceu em todos os países do mundo onde foi criado. Então, vai haver um bocado de gente, vai ter despesa à beça, e não se vai alterar em nada os ministérios. Vai continuar a mesma coisa.

O que se comenta é que a Marinha era a força mais resistente à criação do Ministério da Defesa, com medo de que o Exército tomasse conta do novo ministério.

Não é questão de tomar conta. O general Leonidas, que era ministro do Exército, também era contrário. Por que o grosso dos países do mun-

do tem Ministério da Defesa? Primeiro, porque a grande maioria só tem Exército. Marinha não existe, Força Aérea, muito menos. Então, o Ministério da Defesa é o Ministério do Exército. Mas, uma das condições que vejo para se criar o Ministério da Defesa, que foi o que aconteceu nos Estados Unidos, é que as forças tenham tamanhos semelhantes. Agora, aqui, no Brasil, o Exército é maior que a Marinha e a Aeronáutica juntas. Então, quando se for fazer o Estado-Maior do Ministério da Defesa, vão ser dois terços para o Exército. Isso, na minha opinião, não traz vantagem nenhuma, vai ser um foco de problemas. Enfim, não existem problemas, hoje, nas Forças Armadas, que justifiquem a criação do Ministério da Defesa.

Houve também a idéia de continuar com os ministérios militares e criar mais um ministério, o da Defesa. Isso não tem o menor sentido, seria mais um cabide de emprego. Não serve para nada. Eu acho que o Brasil tem “n” problemas, mas essa área não é problema, vem funcionando muito bem. Para que mexer numa coisa que está funcionando? Desde o futebol, em time que está ganhando não se mexe. Vai ser um foco de atrito. Não tenho dúvida disso. Sempre fui contra, na Constituinte lutei contra.

Como o sr. viu o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte?

Na minha opinião, eles cometeram o primeiro grande erro quando partiram do zero, como se fosse um país novo a ser criado. Na realidade, há muitos anos a nação brasileira já existia, e não se podia jogar fora todas as constituições anteriores, para começar do zero. Na minha opinião, foi um erro muito grande. Aliás, sobre isso, existe até uma historinha, não sei se é história ou estória. Dizem que o presidente Tancredo falava muito que ia convocar a Assembléia Nacional Constituinte para fazer uma nova Constituição. Mas dizem também que ele, na intimidade, dizia: “Vê se eu sou maluco! Não vou fazer isso, vou fazer emendas às Constituições existentes”. Mas o fato é que, com a morte de Tancredo, o presidente Sarney herdou o discurso e os compromissos públicos dele. E daí saiu a Assembléia Nacional Constituinte. Então, começaram como se não existisse país, como se fosse um país a ser criado.

Aí, incorreram no segundo grande erro, na minha opinião. Fizeram uma Constituição voltada para trás, olhando pelo retrovisor e não para o futuro. Essa Constituição é completamente retrógrada. Ela estava preocupada com o que tinha havido antes, a “ditadura” etc., em criar antidotos para essas coisas que tinham ocorrido. Mas, na Constituição, você tem que olhar para a frente. Então, resultou numa colcha de retalhos.

Houve ainda um terceiro erro: começaram a fazer uma Constituição para um regime parlamentarista. Quando chegou em mais da metade da Constituição, foi-se votar o artigo que afirmava que o Brasil teria um regime parlamentar, e deu presidencialismo. Então, a Constituição é parlamentarista, num regime presidencialista. Está aí a necessidade permanente de se fazerem reformas, alterações da Constituição. Porque ela é superdetalhada, é um código de direitos e regalias, ninguém tem obrigação com nada, não tem uma só palavra de deveres. O próprio presidente Sarney já dizia que aquela Constituição ia tornar o Brasil ingovernável. E, realmente, ela não permite governar. Porque torna necessário fazer alterações em cima de alterações, e vai construindo uma colcha de retalhos, cada vez fica pior.

E em relação à parte específica sobre as Forças Armadas?

Nessa parte, nós tivemos sorte de conseguir convencer os parlamentares sobre certos pontos fundamentais. Deu muito trabalho, mas conseguimos. Depois que foi criado o “Centrão”, nós tivemos mais facilidade.¹⁸ Tivemos oportunidade, com um trabalho profundo, bem-feito, cuidadoso, de preservar as coisas que julgávamos essenciais. Uma pequenas coisas ainda passaram, mas o que era essencial para as Forças Armadas nós preservamos.

Quais eram esses pontos?

Um ponto fundamental era o Ministério da Defesa. Nós éramos contrários. Outra coisa: a amplitude que queriam dar ao conceito de anistia. Quando foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, foi homologada uma emenda à Constituição que estabelecia os limites da anistia. Mas foram ampliando, no tempo, no espaço e no dinheiro, até que chegou à barbaridade de que todo o mundo que tivesse tido qualquer problema, desde 1930, seria anistiado. Todo o mundo que nas várias revoluções anteriores havia sido punido, e tinha sido anistiado, seria anistiado de novo. Teve que haver interpretações jurídicas.

Existiam outros pontos. Por exemplo, pretendiam acabar com a Justiça Militar; pretendiam dar *habeas-corpus* para punição disciplinar, queriam ampliar o tal do *habeas data* para a documentação dos Serviços de Informações. E, assim, uma série de outros pontos. Nós não ficaríamos felizes se isso ficasse na Constituição.

¹⁸ “Centrão” é o termo usado para denominar o grupo conservador, suprapartidário, que atuou durante a Constituinte de 1987/88.

Durante o governo Sarney, apareciam com bastante freqüência, na imprensa, boatos sobre possíveis golpes. O sr. acha que, se esses pontos não tivessem sido contemplados, haveria uma possibilidade concreta de os militares...

Não, não havia possibilidade. Eu até escrevi um artigo nessa época em que dizia que nós, militares, só tínhamos um compromisso, que era com a nação brasileira. Portanto, não adiantava pessoas quererem usar os militares para qualquer outra coisa que não fossem os interesses da nação.

Mas, por outro lado, a imprensa explorava muito isso, particularmente na questão de um mandato de cinco anos para Sarney.

Se houvesse a redução do mandato do Sarney de seis para quatro anos, daria em eleição presidencial em 1988. Eu dizia que era uma barbáridade, porque a Constituição estaria na metade — foi promulgada em outubro de 1988. Imagine se, antes disso, entrasse o processo eleitoral, começando em abril ou março desse ano. A Constituição estaria pela metade e não ia andar mais, ia parar. Então, realmente, nós todos achávamos que era uma maluquice o que se estava querendo fazer, era uma coisa que não podia dar certo. E não tinha sentido porque o mandato do Sarney era de seis anos. Tiraram um, passou para cinco, depois queriam tirar mais outro, passar para quatro.

Mas, e se tivessem tirado? O sr. acha que os ministros militares teriam feito alguma intervenção política?

Não acredito, não.

Na literatura acadêmica sobre esse período, o governo Sarney é quase sempre caracterizado como uma “democracia tutelada”, que só poderia funcionar dentro de limites dados pelos militares.

É uma visão distorcida, não existia tutela. O que aconteceu é que nós, ministros militares, na ocasião, tínhamos uma responsabilidade muito grande, porque estávamos sendo observados por todo o mundo: pelos políticos, pela imprensa e inclusive pelo próprio pessoal das Forças Armadas, porque éramos fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo. E, evidentemente, existia muita gente nas Forças Armadas que achava que esse processo não deveria ocorrer. Tínhamos que procurar conduzir as coisas com muito cuidado para evitar exageros. De vez em quando, os políticos se perdiam e começavam a querer extrapolar numa porção de coisas sobre as quais nós tínhamos feito um trabalho de convencimento — se for militar, é visto como “pressão

militar”, nos outros é convencimento. Nós fizemos realmente um trabalho permanente — o que eu convidei de deputado, senador para visitar, para conversar, para almoçar... O Leonidas, o Moreira, todo o mundo fez a mesma coisa. Mostrávamos que havia um processo democrático em evolução, que a situação não era fácil. Não esqueçam que, na ocasião, o PMDB sozinho tinha maioria absoluta, e o PMDB não era o partido de origem do Sarney.

O Ulysses era uma sombra do presidente, de alguma forma?

Ele era o dono do PMDB. Então, era uma situação complicada, difícil, delicada. Se o PMDB resolvesse pegar o freio nos dentes, podia fazer até um *impeachment*, porque tinha maioria absoluta. Então, nós conversávamos muito com todos os políticos para mostrar que se estava querendo uma evolução democrática, mas que era preciso que todo o mundo trabalhasse nesse sentido. E acho que fizemos um belo trabalho de convencimento. Não houve pressão, não houve nada.

Quais eram os parlamentares de mais fácil relacionamento, os que tinham mais sensibilidade nessas questões? E os que eram mais difíceis, que incomodavam mais?

Mais difícil era o pessoal de esquerda, com um revanchismo louco, sempre. E os mais fáceis eram os que tinham mais afinidade, o pessoal do “Centrão”, com quem havia mais facilidade de diálogo, de entendimento. Quem viveu a época é que sentiu o revanchismo louco, a desconfiança que havia com referência aos militares. Então, realmente era preciso vencer, primeiro que tudo, essa desconfiança. Foi um trabalho, modéstia à parte, de nós todos, bem-feito, em que se conseguiu a volta à plena democracia. Nós somos democratas, mas nem todos sabem viver a democracia. Muitos pensam que democracia é bagunça, é desordem. Mas democracia não é nada disso! E os direitos de uma pessoa vão até onde começam os direitos do outro. Então, teve não sei quantas mil greves no governo Sarney, teve milhões de agitações, porque o pessoal não tem sensibilidade para a democracia, acha que democracia é baderna.

A obrigatoriedade do serviço militar e a questão da destinação constitucional das Forças Armadas de atuar no caso de convulsões internas também eram dois pontos importantes?

Eram dois pontos fortes. Para a Marinha, o serviço militar não é importante, mas para o Exército é fundamental. E acho importante que o

jovem tenha essa obrigação. Na realidade, no Brasil, nem 10% da classe alistada são realmente convocados para o serviço ativo, porque os nossos efetivos são pequenos. É convocado um percentual muito pequeno, e, no fim, vem pouquíssima gente que não seja voluntária. Em geral, vem o pessoal das classes sociais mais baixas: durante um ano eles têm trabalho, educação, comida, casa e aprendem uma profissão. É até um trabalho social que se faz. Agora, a Marinha trabalha muito pouco com conscrito, com o pessoal reservista. O pessoal da Marinha é formado nas suas escolas de aprendizes de marinheiros e nas escolas de oficiais. Então, para a Marinha, pouco interessa isso, embora seja fundamental, na minha opinião, para as Forças Armadas como um todo.

Com referência à destinação constitucional, é uma barbaridade pensar que em hipótese nenhuma, caso se entre em uma convulsão social no Brasil, as Forças Armadas não possam participar. O governo não tem o direito de utilizar as Forças Armadas se houver uma convulsão social que ultrapasse a capacidade das polícias? O governo constituído não pode utilizar as Forças Armadas nisso? Isso era o que pretendiam. Tudo por quê? Estavam olhando para trás ainda, com medo de que os militares tomassem o poder.

Como o sr. avalia a imagem que ficou do governo Sarney para a sociedade?

No último ano do presidente Sarney, fui eu que lhe fiz a saudação de fim de ano. Naquela ocasião, o índice de popularidade do presidente Sarney estava muito baixo. Tudo aquilo que é conquista, que se consegue, o pessoal esquece. Fica só pensando, martelando, nas frustrações, no que deixou de ser alcançado. Então, disse ao presidente Sarney que o julgamento daquele momento era um julgamento pela paixão, que com o passar do tempo, afastando o ponto de vista dos julgadores, dos apreciadores, a nação brasileira teria uma outra idéia do governo Sarney, iria ver com mais propriedade o tremendo esforço que ele fez para manter essa revolução democrática, o tremendo esforço que fez, dentro das regras da democracia, para enfrentar milhares e milhares de greves políticas. Imagine o que era ter greve todo dia! E tudo isso foi enfrentado com as armas da própria democracia. Então, o que acontece é que hoje o Sarney tem uma popularidade maior do que naquela ocasião em que estava deixando o governo. Por quê? Porque estão vendo mais os méritos do que os defeitos que na ocasião eram salientados. E a imprensa — e o PMDB também, que não gostava dele — salientava muito essas coisas. Então, a avaliação que se faz hoje daquele período é diferente daquela avaliação da paixão daqueles que estavam vivendo o momento. Hoje, acho que já há um reco-

nhecimento de que houve realmente uma evolução democrática tranqüila, apesar de todas as forças que se opuseram.

O sr. teve alguma participação na indicação do seu sucessor no ministério? O sr. foi consultado pelo presidente Collor?

Fui. Eu estava no ministério ainda quando uma pessoa me procurou dizendo que o presidente Collor gostaria de ter uma conversa comigo. Eu disse: “Pois não. Tem dois caminhos: ou ele vem aqui, para uma audiência aqui no ministério — ele já era presidente eleito — ou então nós nos encontramos na casa de alguém para conversar, como ele quiser”. Nós nos encontramos na casa de um amigo dele, lá em Brasília. Discutimos muito sobre vários assuntos, e ele me disse que queria a indicação de três nomes para o meu sucessor. Eu fiz isso, dei os três nomes, numa determinada ordem. Na ocasião, ele me disse: “Olhe ministro, vou fazer a minha cabeça e depois vou lhe pedir para o sr. fazer o convite em meu nome”. Eu respondi: “Presidente, o sr. vai me desculpar, mas acho que o convite o sr. tem que fazer”. E ele: “Eu não estou querendo contato com a área militar sem ser por intermédio dos atuais ministros”. “Não tem nada, o sr. me diz, quando fizer a sua cabeça, com quem o sr. quer conversar, que eu mando essa pessoa conversar com o sr.”. Uns dias depois ele me telefonou e a expressão que ele usou no telefone foi: “Sr. ministro, o sr. fez o seu sucessor. O sr. quer pedir ao almirante Flores para se encontrar comigo?” Então chamei o Flores, e ele foi lá no tal “Bolo de Noiva”, no dia em que foi anunciado o ministério.

Qual foi sua impressão a respeito do presidente Collor, nessa época?

Olha, eu tive uma impressão muito boa. Depois, soube que ele não era muito de ouvir, fazia as coisas de maneira meio imperial, mas me deixou falar, perguntou e ouviu. Esse foi o único contato que tive com ele.

Houve uma crise com a área militar naquela época, por causa do episódio com o general Ivan, a quem Collor chamou de “generaleco”. Gostaríamos de ouvir sua versão sobre esse episódio.

A minha não é versão, é fato. O Collor ainda era o governador de Alagoas e tinha marcado uma entrevista com o general Ivan, ministro do SNI. Quando chegou, dois dias antes da audiência, deu uma virulenta declaração contra o Sarney, daquele tipo bem agressivo. Aí o Ivan mandou avisar que estava cancelada a audiência, tendo em vista aquele pronunciamento. Aí, o Collor resolveu ir na marra e, quando chegou ao pa-

lácio, telefonaram da portaria para o general Ivan dizendo que estava ali o governador Collor, com audiência marcada. O Ivan disse: “Não, a audiência foi cancelada”. Foi isso que houve. O Collor ficou furioso e falou aquele negócio do “generaleco”. Foi uma tremenda injustiça para o Ivan, porque é uma pessoa preparada, tranqüila.

Em função disso, não havia um certo receio dos seus colegas militares em relação ao Collor?

Havia uma desconfiança muito grande. Mas, como disse, a impressão que tive no único contato com ele foi boa.

O sr. ficou preocupado com a perspectiva de o Lula ganhar a eleição em 1989?

Ah, eu fiquei, realmente. Acho que ficaria muito triste se ele fosse o representante do meu país.

Os ministros militares chegaram a conversar sobre isso?

Não é preocupação de militar, é preocupação de brasileiro. Aquele indivíduo não tem preparo, não tem capacidade, não tem postura, não tem cultura para ser presidente deste país. Este país é muito importante, é muito grande para ser dirigido por um indivíduo que é semi-analfabeto. Não pode.

Se ele fosse eleito, o sr. acha que haveria reação de algum setor militar?

Acho que não, acho que a reação viria depois, com o descalabro que seria o governo dele. Não sei qual seria a reação depois, mas não tenho dúvida de que seria um descalabro. Deus queira que eu esteja errado. O problema não é ser um indivíduo de origem humilde, mas a falta de preparo. E ele não tem postura, não tem compostura para ser presidente da República. Acho que falta algo, falta alguma coisa. Enfim, eu sou só um voto.